

Estado, professores, alunos e suas famílias ? que intervenção?

Por detrás do discurso sobre a "crise da escola"?

O discurso sobre a "crise da escola" é tão antigo como a própria escola e todos os que são minimamente informados em História da Educação conhecem inúmeros textos onde, em diferentes épocas e sobre os mais diversos pretextos, irrompem os mais amargurados queixumes contra a ineficácia do sistema educativo, a pouca qualidade da escola, a ignorância dos alunos e a deficiência dos seus resultados.

Contudo, apesar de existirem muitas semelhanças, o discurso da "crise da escola" tem conhecido, ao longo dos tempos, múltiplas cambiantes, encontrando-se ao serviço das mais diversas estratégias.

Presentemente, em Portugal, este discurso tem vindo a ser orientado contra dois dos pólos reguladores que maior protagonismo tiveram durante grande parte do período de expansão dos sistemas públicos de educação: o Estado e os Professores. Pretende-se criar a ideia, na opinião pública, de que "eles" são "os maus da fita" e que, portanto, o caminho para se encontrar a "poção da qualidade da escola" passa por lhes retirar poder, aumentando, proporcionalmente, a intervenção do mercado e das famílias.

Ora este discurso primário e maniqueísta, já praticado, desde há muito, em outros países, conduz facilmente a soluções contrárias aos aparentes objectivos de melhoria da educação pública que os seus autores dizem defender. É por isso que tenho vindo a mostrar as vantagens de se encontrar um equilíbrio (e mediação) na intervenção das diversas forças reguladoras que têm assegurado, em diversos momentos, a coordenação da escola pública, nomeadamente através de uma "gestão tripartida" assente nos seguintes pilares:

O *Estado e a sua administração (central e autárquica)*, com base na legitimidade democrática da sua constituição, atribuições, competências e modos de funcionamento, têm, como principal finalidade, garantir, de modo activo, a democraticidade, a igualdade, a equidade e a eficácia do serviço público de educação, através das seguintes funções: definição, execução e controlo de políticas nacionais e locais; afectação global de recursos; regulação de processos; estímulos ao desenvolvimento e mudança; avaliação de resultados; compensação das desigualdades.

Os *alunos e suas famílias*, com base na legitimidade dos seus direitos de cidadãos e utilizadores directamente interessados e afectados pelo serviço público de educação, têm, como principal finalidade, exercerem o controlo social sobre a escola, no sentido de assegurarem a sua democraticidade, igualdade, equidade e eficácia. Isso faz-se, não só, através de mecanismos de prestação de contas por parte dos diferentes níveis da administração, mas também, através da responsabilização e participação directa, dos alunos e suas famílias, nos debates, acordos, compromissos e decisões, necessários à definição, construção, execução e avaliação de um projecto educativo comum de escola.

Os *professores*, com base na legitimidade das suas competências profissionais, mas também enquanto cidadãos responsáveis pela prestação de um serviço público, têm, como principal finalidade, assegurarem as actividades e tarefas necessárias à realização da missão educativa da escola, no quadro das suas atribuições próprias. Estas exercem-se quer em contextos pedagógicos, principalmente em relações de face-a-face com os alunos, mas também no quadro de intervenções de carácter social, cultural e cívico, quer com os alunos e suas famílias, quer com a comunidade local no seu conjunto.